



REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL

Gestão Participativa, juntos por uma Justiça ainda melhor!



ADVOGADO(A)

PARTICIPAR



DEFENSOR(A)

PARTICIPAR



MEMBRO MP

PARTICIPAR



MAGISTRADO(A)

PARTICIPAR



SERVIDOR(A)

PARTICIPAR



CIDADÃO(Ã)

PARTICIPAR

REFLETINDO SOBRE AS METAS NACIONAIS PARA 2023

Por que participar desta Consulta Pública? Sua opinião é muito importante para nós!

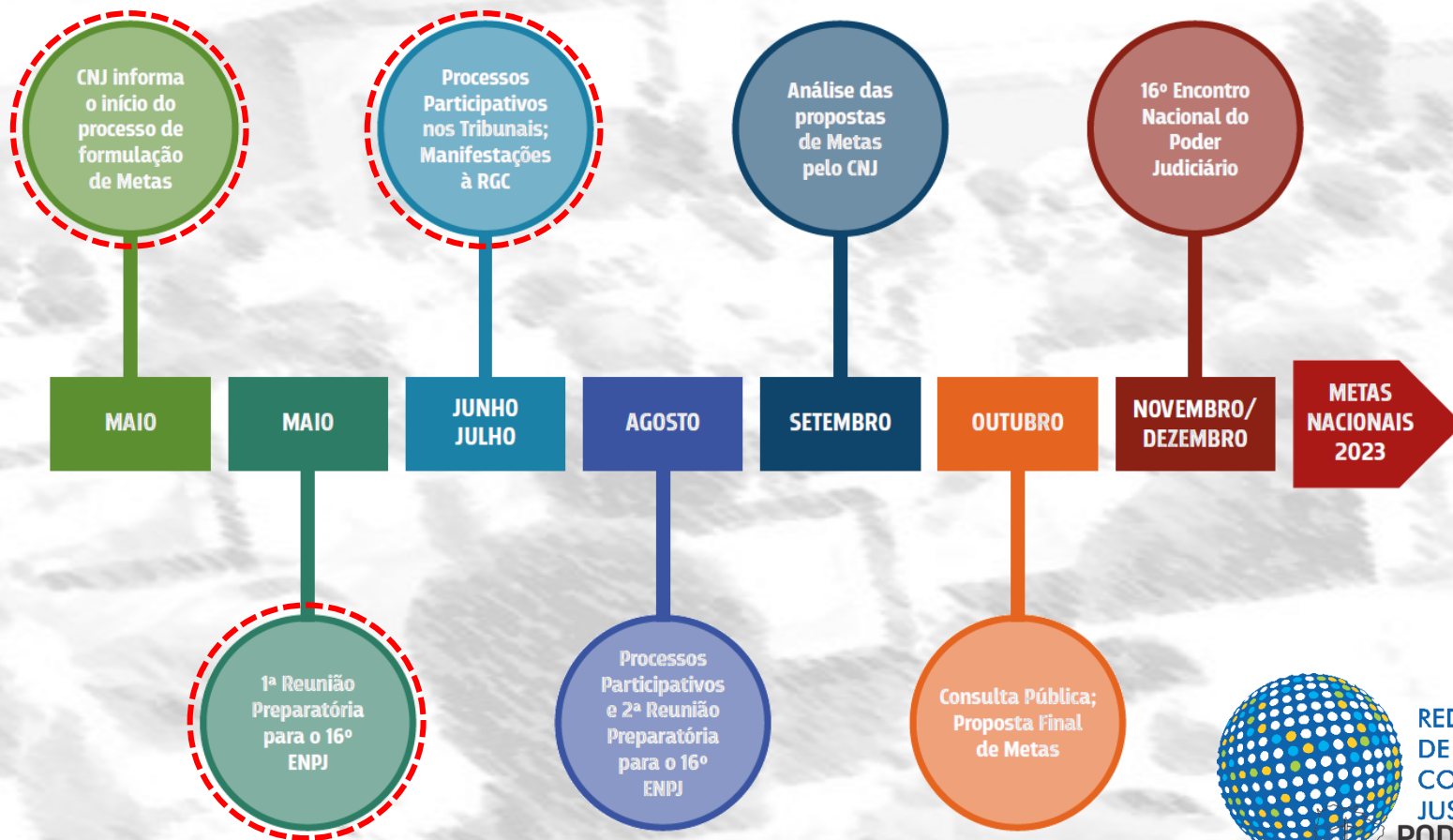


PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA ELABORAÇÃO DAS METAS NACIONAIS 2023





REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL

METAS NACIONAIS 2023

- PIME 2023



Proposta Inicial de Metas 2023



REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL

*Tendo como base a Resolução CNJ nº 325, de 29 de junho de 2020, que dispôs sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, e o documento “**Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026**”, referência 2022-2023, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, os coordenadores dos subcomitês regionais do segmento da Justiça Estadual iniciaram o processo de elaboração da Proposta Inicial de Meta Nacional – PIME 2023, a fim de subsidiar os processos participativos no âmbito de cada tribunal.*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

META NACIONAL

1

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados.

Identificar e julgar pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau, e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

2

META NACIONAL

META NACIONAL

3

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1,5 pontos percentuais em relação a 2022 ou possuir Índice de Conciliação igual a 15%.

REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

META NACIONAL

4

Identificar e julgar até 31/12/2023, 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2019, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

Reduzir em 0,5 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento em relação à 2022. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 56%.

5

META NACIONAL

META NACIONAL

8

Identificar e julgar, até 31/12/2023, 50% dos casos de **FEMINICÍDIO** distribuídos até 31/12/2021 e 50% dos casos de **VIOÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER** distribuídos até 31/12/2021.

REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

META NACIONAL

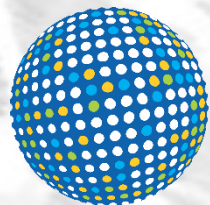
9

Estimular a Inovação no Poder Judiciário. Realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

Implementar, durante o ano de 2023, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal.

10

META NACIONAL



REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

META NACIONAL

11

Identificar e julgar até 31/12/2023, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 95% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2021 nas respectivas instâncias.

Impulsionar os processos de ações ambientais. Identificar e julgar até 31/12/2023, 25% dos processos relacionados às ações ambientais, distribuídos até 31/12/2022.

12

META NACIONAL

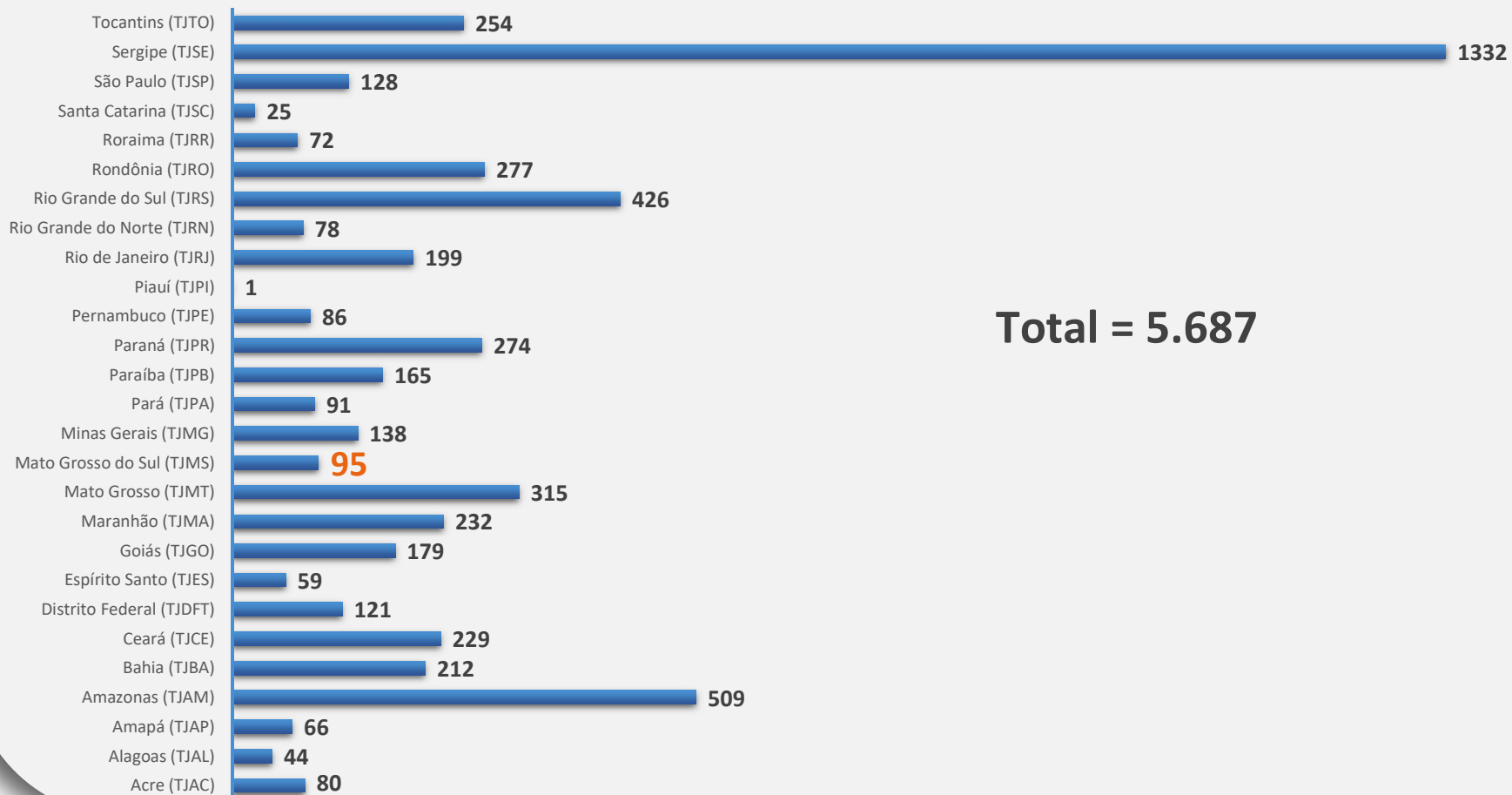


REDE NACIONAL
DE GOVERNANÇA
COLABORATIVA DA
JUSTIÇA ESTADUAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

Quantidade de Respostas por Estado



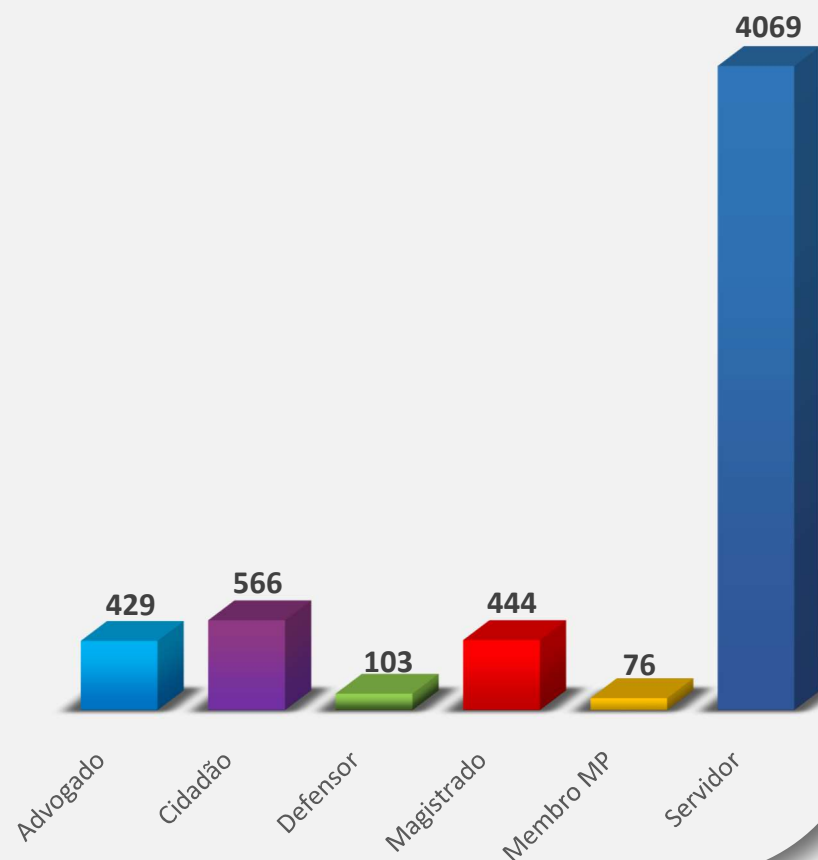
Total = 5.687



ESTADO	TOTAL	Advogado	Cidadão	Defensor	Magistrado	Membro MP	Servidor
Acre (TJAC)	80	3	9	2	4	1	61
Alagoas (TJAL)	44	10	14	1	2	0	17
Amapá (TJAP)	66	5	28	0	5	0	28
Amazonas (TJAM)	509	95	40	32	40	13	289
Bahia (TJBA)	212	19	24	8	15	1	145
Ceará (TJCE)	229	17	82	3	35	3	89
Distrito Federal (TJDFT)	121	5	7	0	6	0	103
Espírito Santo (TJES)	59	2	8	0	2	0	47
Goiás (TJGO)	179	18	22	0	2	2	135
Maranhão (TJMA)	232	36	38	9	39	8	102
Mato Grosso (TJMT)	315	40	52	0	14	17	192
Mato Grosso do Sul (TJMS)	95	4	7	0	8	0	76
Minas Gerais (TJMG)	138	17	22	8	14	3	74
Pará (TJPA)	91	7	21	5	10	8	40
Paraíba (TJPB)	165	9	18	3	18	6	111
Paraná (TJPR)	274	12	15	0	18	1	228
Pernambuco (TJPE)	86	6	5	1	18	2	54
Piauí (TJPI)	1	0	1	0	0	0	0
Rio de Janeiro (TJRJ)	199	3	16	0	29	0	151
Rio Grande do Norte (TJRN)	78	4	3	0	5	0	66
Rio Grande do Sul (TJRS)	426	16	38	1	21	7	343
Rondônia (TJRO)	277	10	12	24	20	2	209
Roraima (TJRR)	72	20	14	0	1	0	37
Santa Catarina (TJSC)	25	2	7	0	0	0	16
São Paulo (TJSP)	128	18	17	5	7	2	79
Sergipe (TJSE)	1332	41	29	0	82	0	1180
Tocantins (TJTO)	254	10	17	1	29	0	197

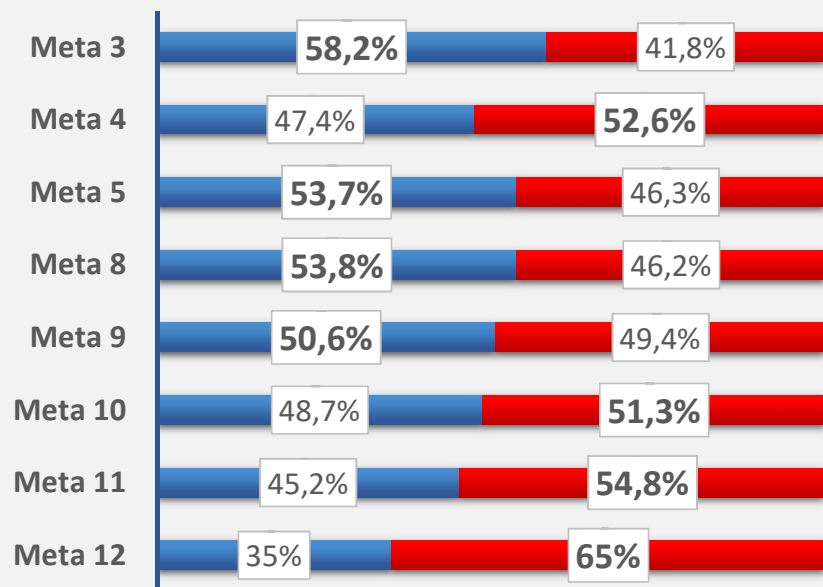


Quantidade de Respostas por Categoria

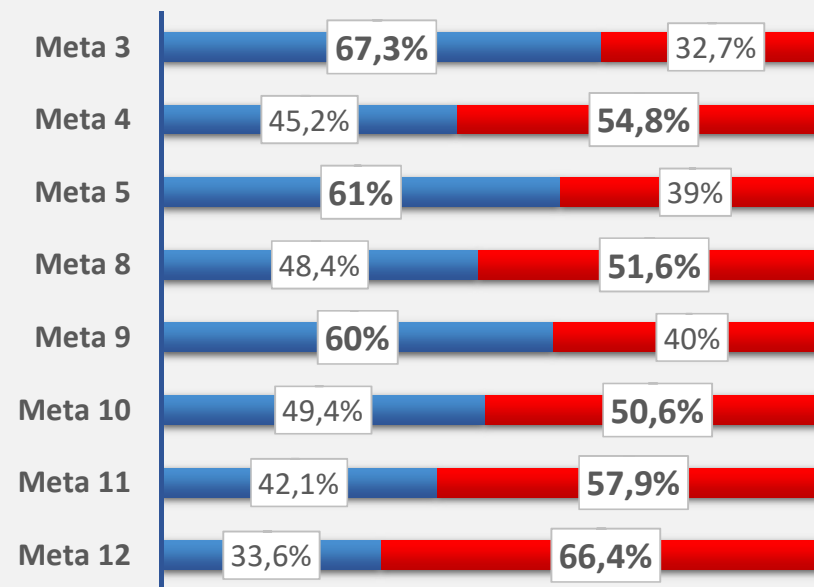


Em sua opinião, qual(is) meta(s) deve(m) continuar em 2023?

BRASIL



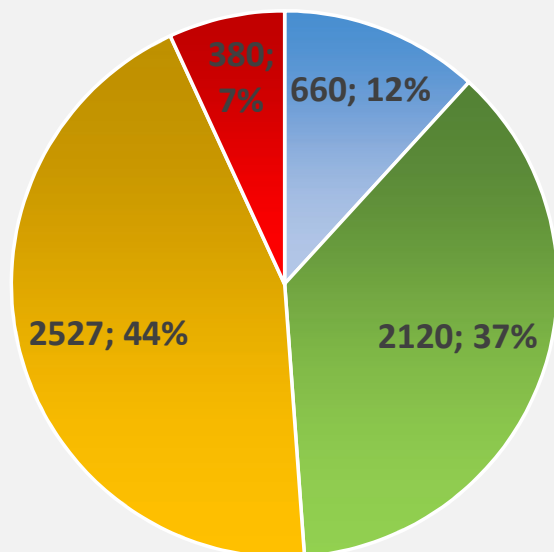
TJMS



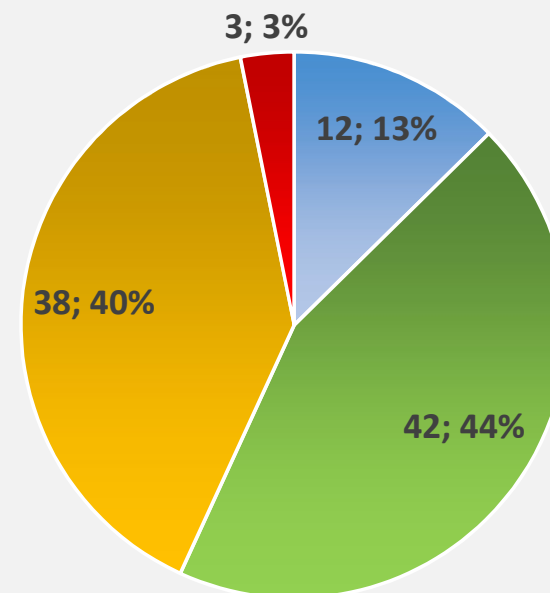
Sim 
Não 

Nível de conhecimento das metas do Poder Judiciário

BRASIL

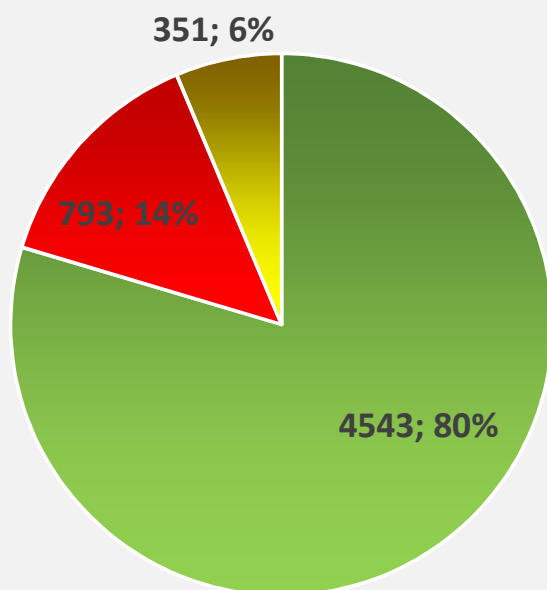


TJMS

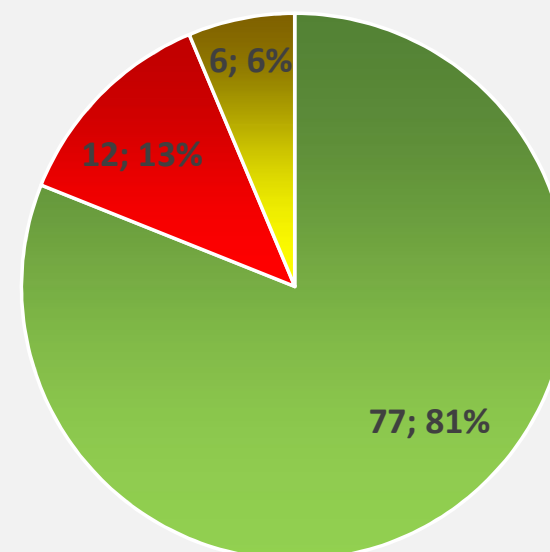





Meta 3 Conciliação/Mediação/etc. Você acredita que essa meta vai melhorar esse ponto?

BRASIL



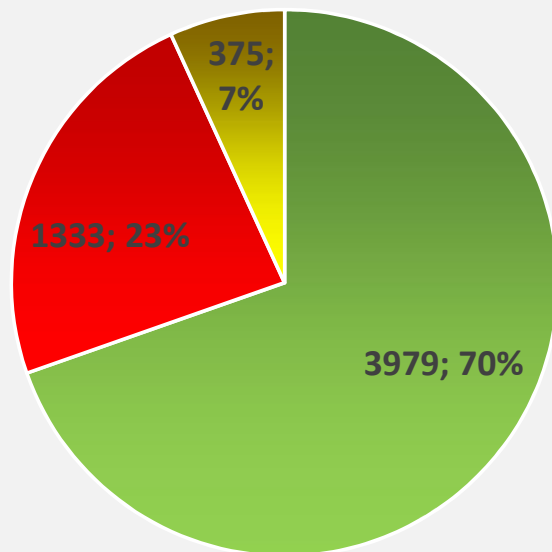
TJMS



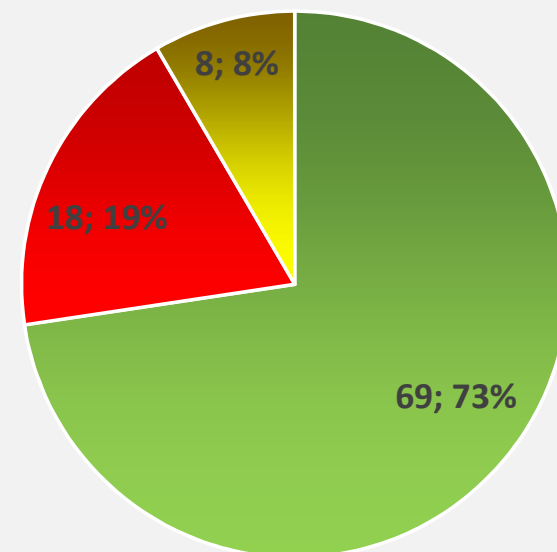
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 




Você acredita que a meta 4 contribui para reduzir a impunidade?

BRASIL



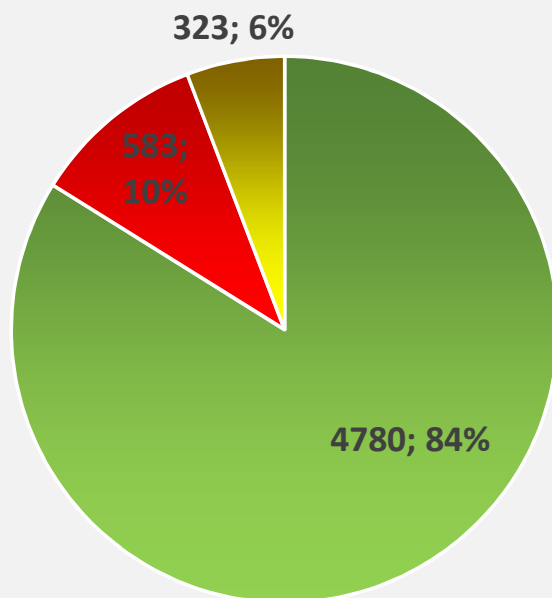
TJMS



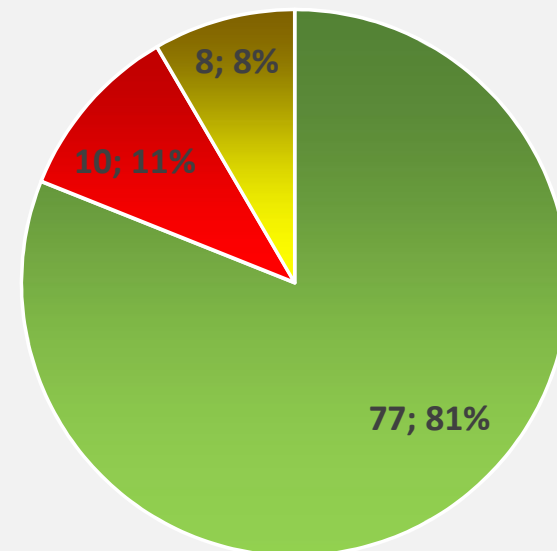
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 



Você acredita que a meta 8 contribui para acelerar o trâmite processual relacionado à Violência Doméstica?

BRASIL

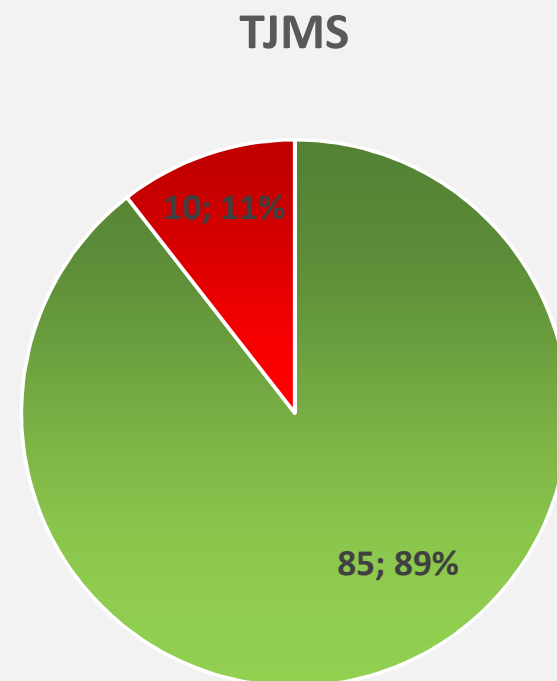
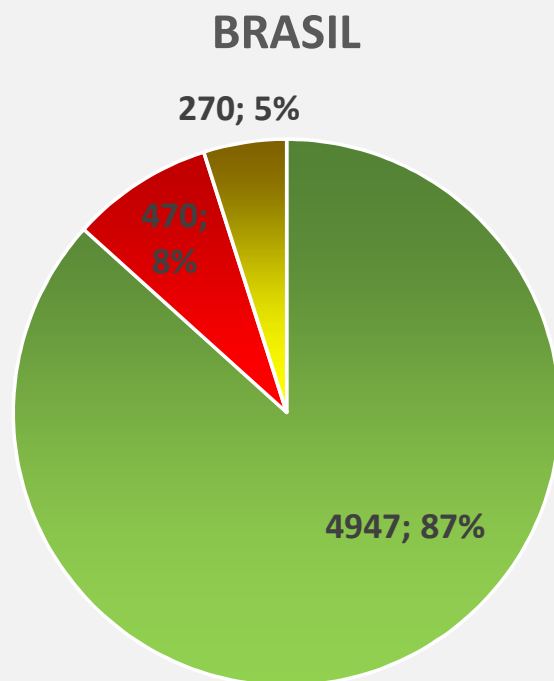




TJMS



Sim 
Não 
Não Saberia Informar 

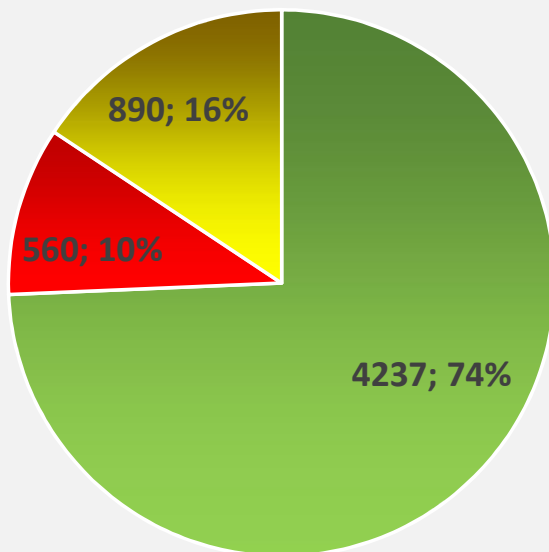
A meta 9 visa estimular a inovação no Poder Judiciário. Você considera isso relevante?



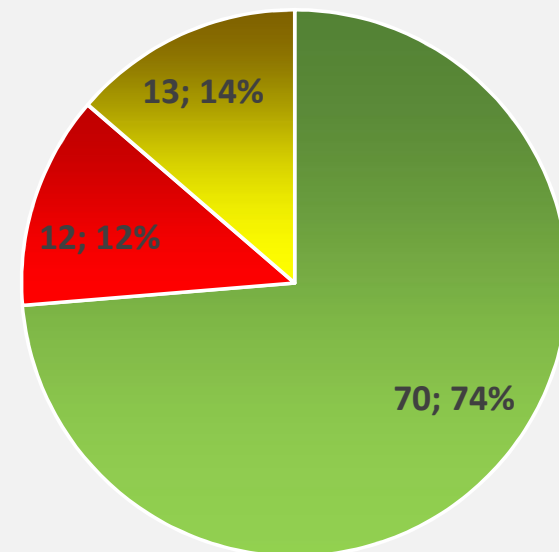
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 




A meta 10 visa implementar as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. Você considera isso relevante?

BRASIL



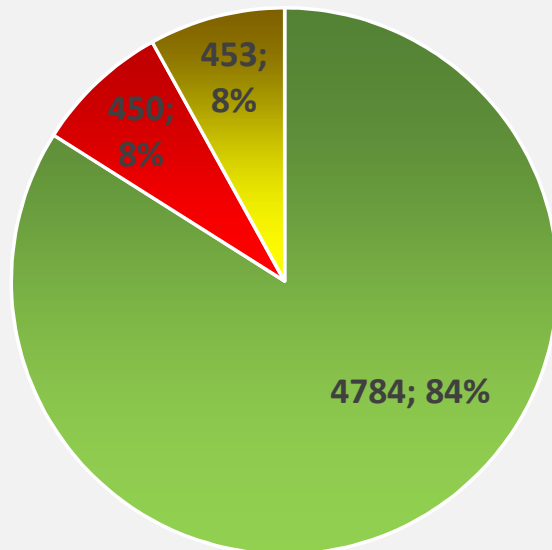
TJMS



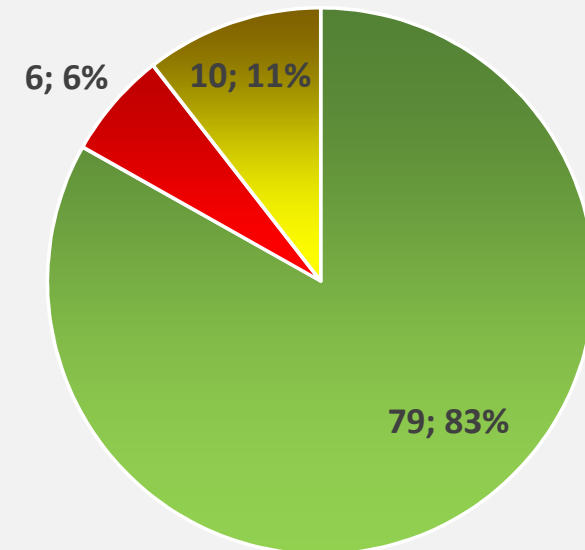
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 




A meta 11 visa identificar e julgar os processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional. Você considera isso relevante?

BRASIL



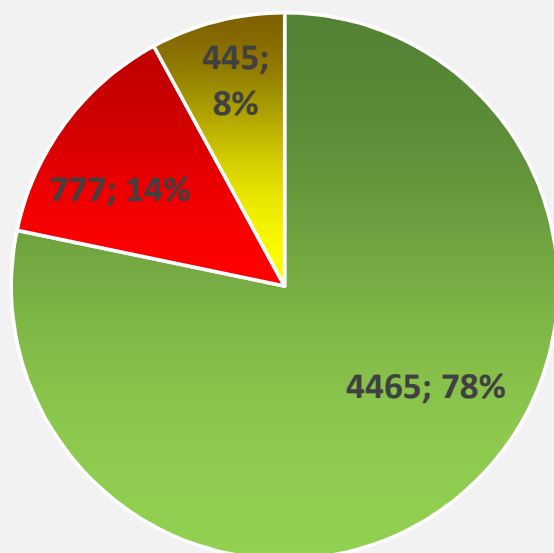
TJMS



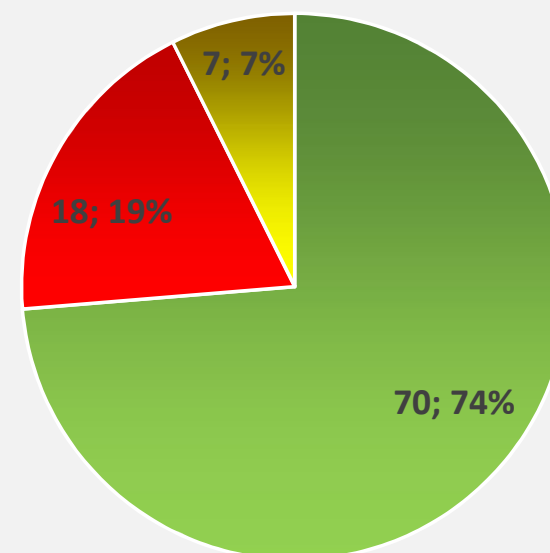
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 




A meta 12 visa impulsionar os processos de ações ambientais. Você considera isso relevante?

BRASIL



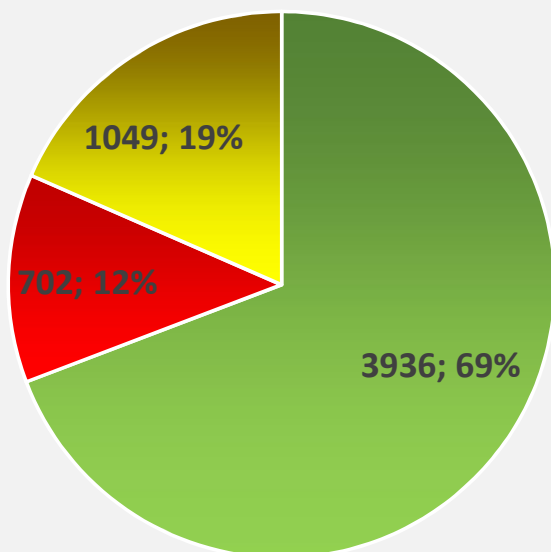
TJMS



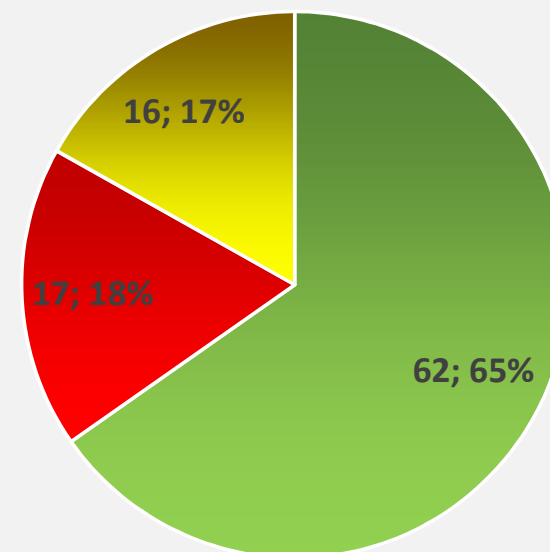
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 




A meta 9 visa ações de prevenção/desjudicialização de litígios voltadas aos ODS da agenda 20/30. Você considera essa meta apropriada?

BRASIL



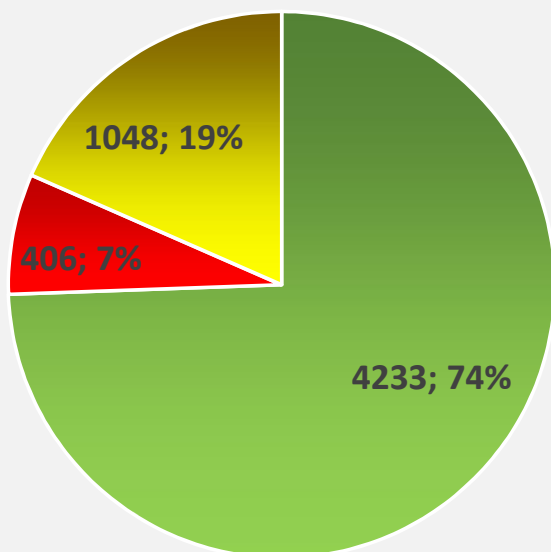
TJMS



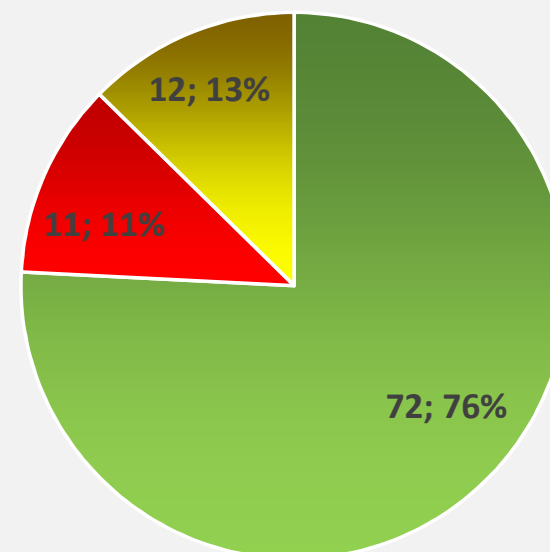
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 




A meta 10 visa Implementar, durante o ano de 2023, as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal. Você considera essa meta apropriada?

BRASIL



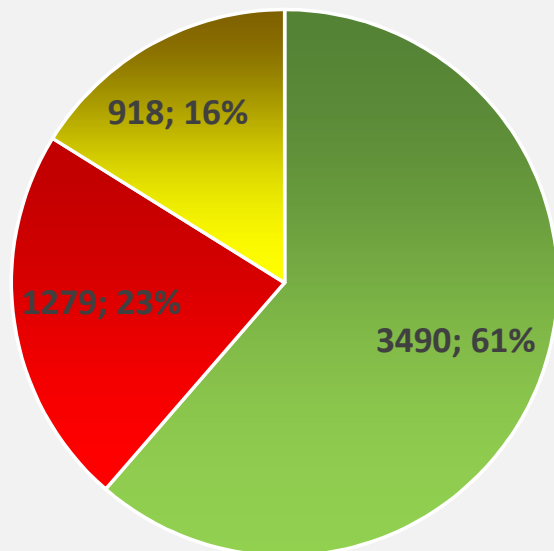
TJMS



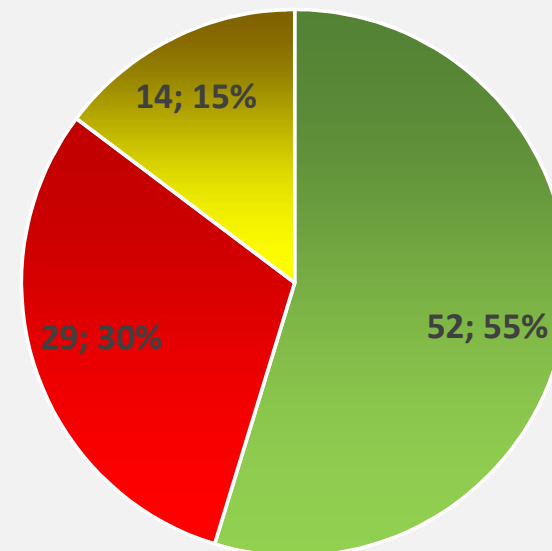
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 




A meta 12 visa identificar e julgar 25% dos processos relacionados às ações ambientais. Você considera essa meta apropriada?

BRASIL



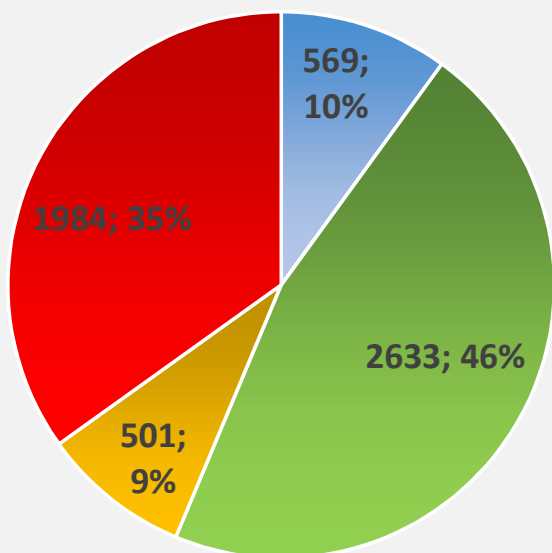
TJMS



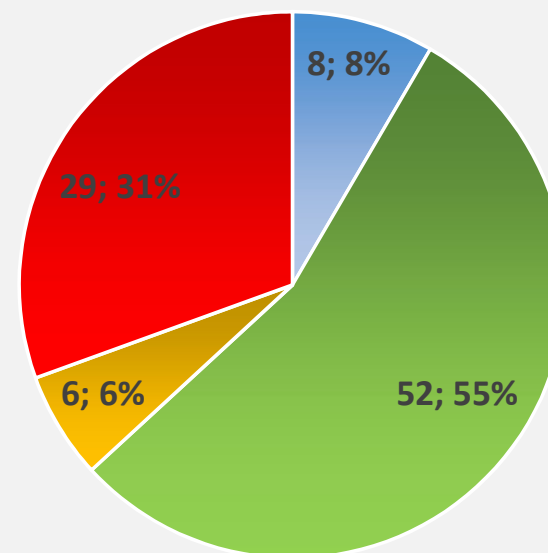
Sim 
Não 
Não Saberia Informar 

Qual o impacto das metas nacionais do Poder Judiciário na melhoria da prestação jurisdicional para a sociedade?

BRASIL

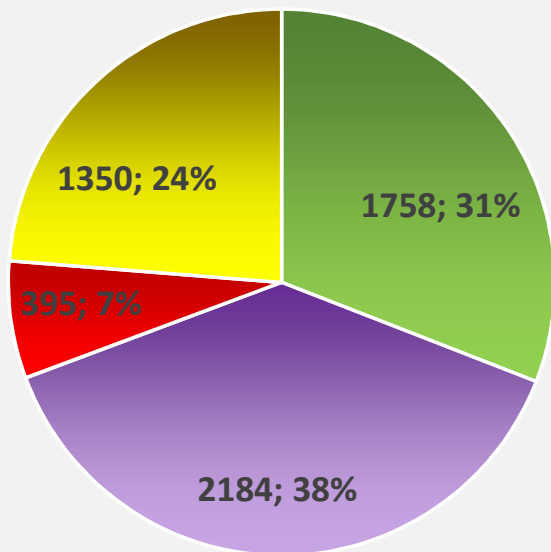


TJMS

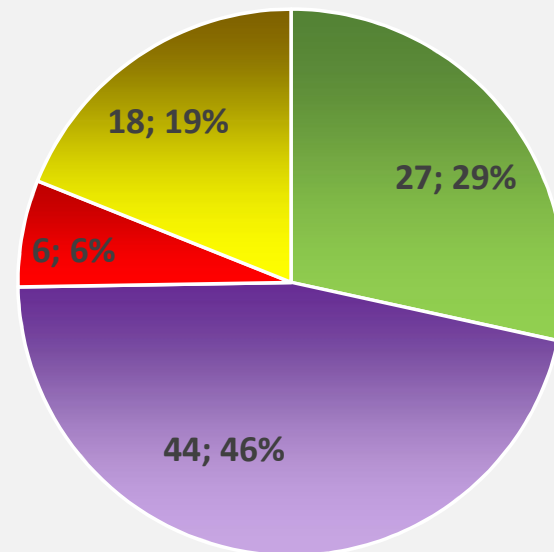


Meta 3 "Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos". Você considera o percentual adequado?

BRASIL



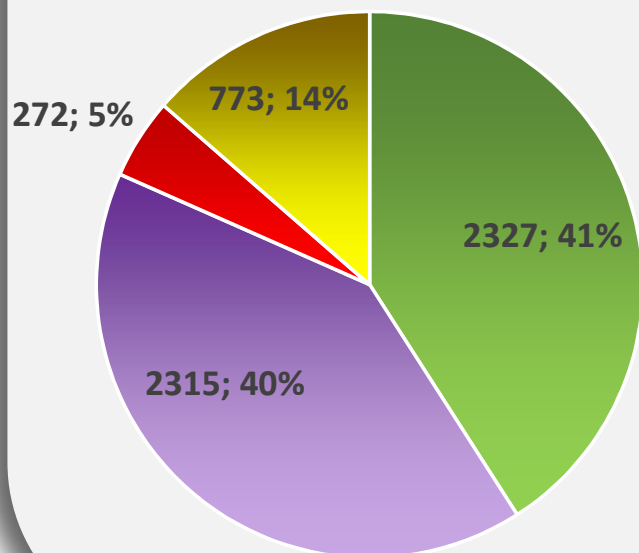
TJMS



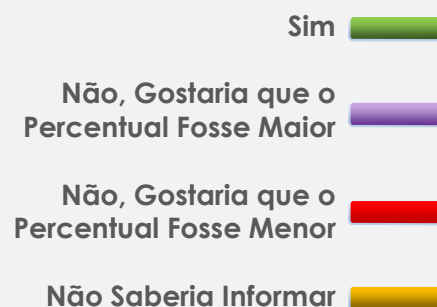
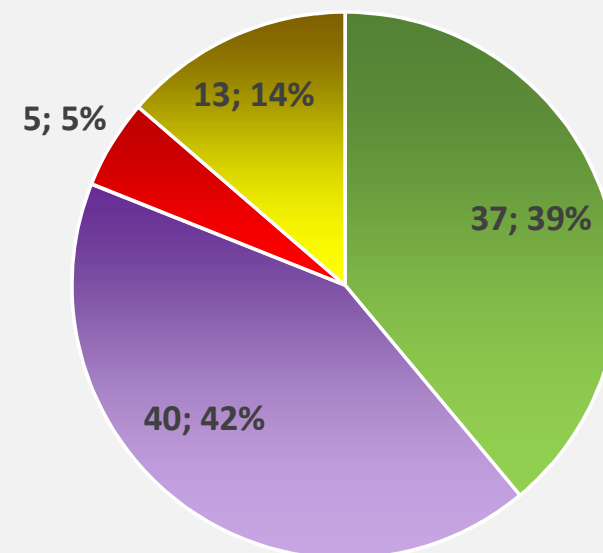
- Sim
- Não, Gostaria que o Percentual Fosse Maior
- Não, Gostaria que o Percentual Fosse Menor
- Não Saberia Informar

Meta 4 "Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais". Você considera o percentual adequado?

BRASIL

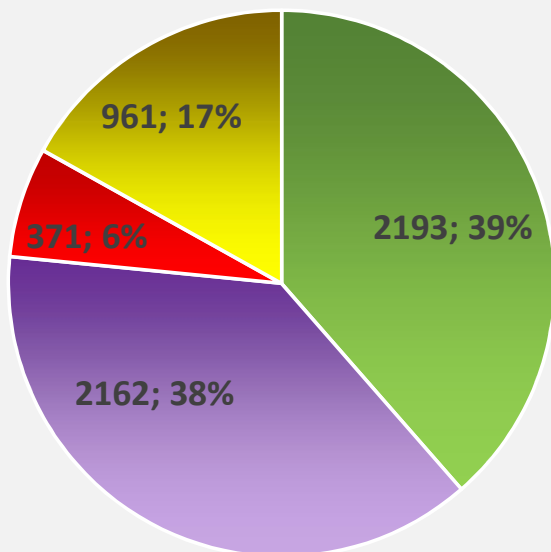


TJMS

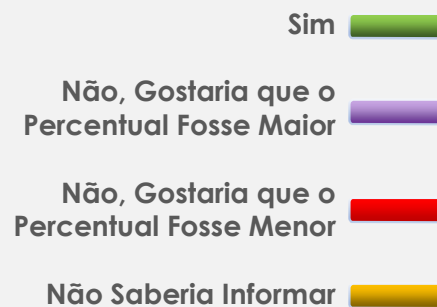
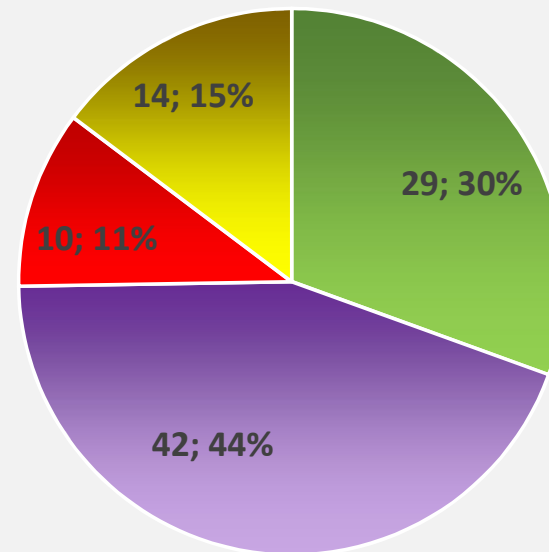


Meta 5 "Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional". Você considera o percentual adequado?

BRASIL

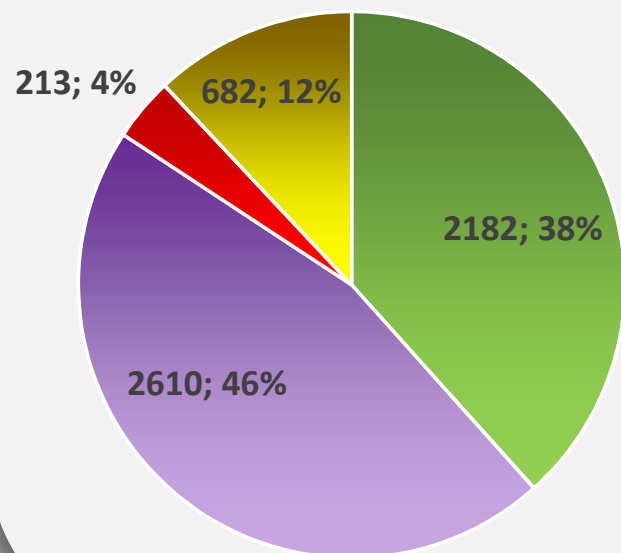


TJMS

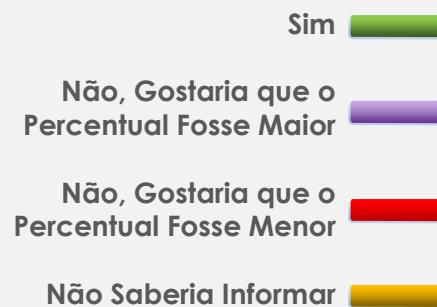
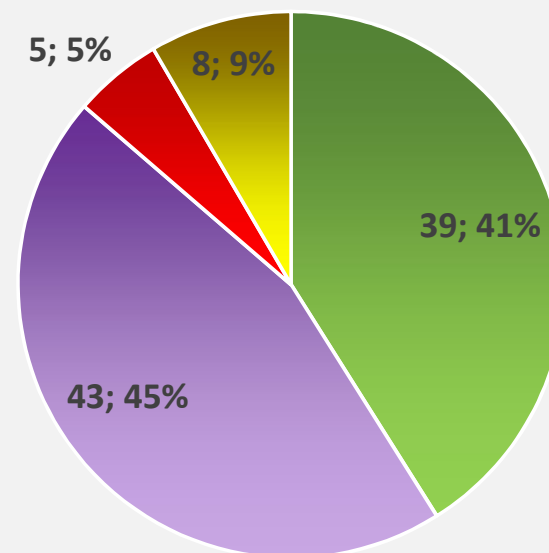


Meta 8 "Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional". Você considera o percentual adequado?

BRASIL



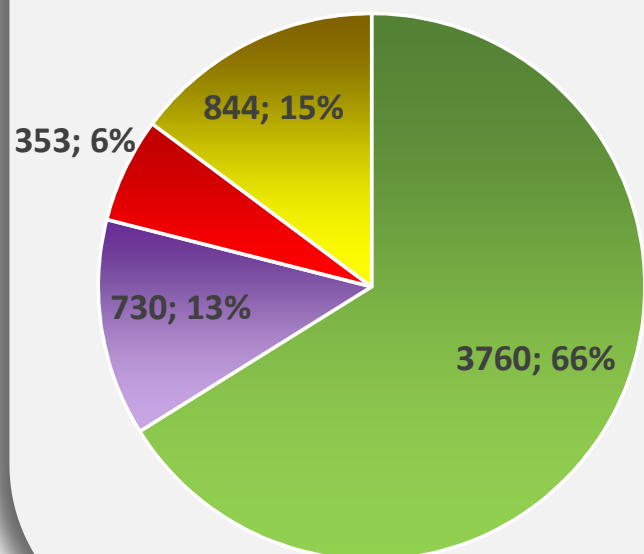
TJMS



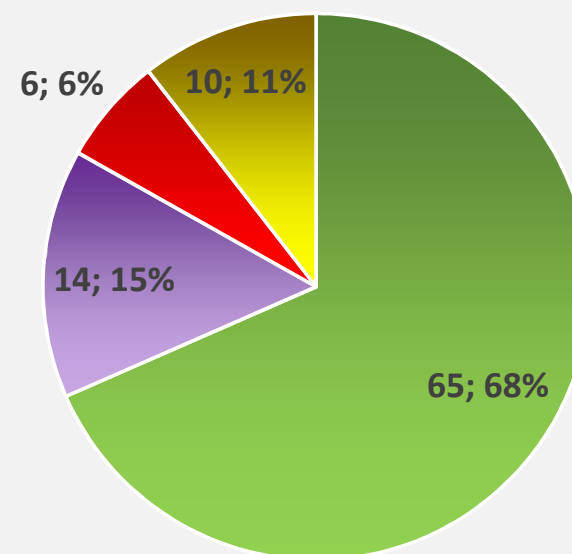
Meta 11 "Identificar e Julgar até 31/12/2023, no 1º Grau, 80% e no 2º Grau, 95% dos Processos em Fase de Conhecimento, Distribuídos até 31/12/2021".




Você considera esse percentual adequado?

BRASIL



TJMS



- Sim 
- Não, Gostaria que o Percentual Fosse Maior 
- Não, Gostaria que o Percentual Fosse Menor 
- Não Saberia Informar 